

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 5.771, DE 2009**

Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça

**Autor:** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Relator:** Deputado ELISEU PADILHA

## **PARECER COMPLEMENTAR**

### **I - RELATÓRIO**

Na reunião ordinária de 16/11/2010, iniciou-se a discussão do parecer proferido por este relator que, nos moldes regimentais, deve ater-se aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto de lei em epígrafe.

No Plenário desta Comissão, os ilustres Deputados Flávio Dino, Marcelo Itagiba, Antônio Carlos Biscaia, Paes Landim, Antônio Carlos Pannunzio e João Campos discutiram a matéria, suscitando alguns temas que merecem reflexão mais profunda, embora extrapolando os limites de sua competência regimental.

Encerrada a discussão, foi concedido prazo a este relator, a teor do art. 57, XI, do Regimento Interno da Casa, para sua complementação de voto, que se materializa na forma desta manifestação.

Entre os temas suscitados durante a discussão, dois devem ser destacados. O primeiro refere-se à iniciativa legislativa da matéria e o segundo à estrutura de pessoal do Conselho Nacional de Justiça. Discorreremos sobre cada um deles a seguir.

Quanto à iniciativa legislativa, devemos lembrar que a Constituição de 1988 adotou as espécies parlamentar e extraparlamentar. A iniciativa parlamentar é conferida a todos os membros do Congresso Nacional (deputados e senadores) e a iniciativa extraparlamentar ao Chefe do Poder Executivo, aos Tribunais Superiores, ao Ministério Público e aos cidadãos (iniciativa popular de lei).

Interessa-nos aqui a iniciativa extraparlamentar, especificamente a prevista no art. 96, inciso II, alínea “b”, da Constituição de 1988, que dispõe, *in verbis*:

*“Art. 96. Compete privativamente:*

*(...)*

*II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 69:*

*(...)*

*b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver”;*

Como se infere da disposição constitucional acima transcrita, o Poder Judiciário tem iniciativa de lei, mas apenas no que concerne ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores (Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Superior do Trabalho e Superior Tribunal Militar) e aos Tribunais de Justiça dos Estados.

Indaga-se: o Conselho Nacional de Justiça, que é órgão do Poder Judiciário, nos termos do art. 92, inciso I-A, da Constituição de 1988, teria, de igual modo, a prerrogativa da iniciativa legislativa?

O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, com a competência precípua do controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes. Conquanto se inclua na organização estrutural do Poder Judiciário, trata-se de órgão exclusivamente administrativo destinado ao controle da atividade administrativa, financeira e disciplinar da magistratura brasileira, conforme iterativa jurisprudência do Excelso Pretório.

A Constituição de 1988, ao outorgar competência aos órgãos do Poder Judiciário para iniciativa de lei, fê-lo apenas aos que exercem a jurisdição, excluindo-se, por conseguinte, o Conselho Nacional de Justiça.

Ora bem, se o texto constitucional é silente quanto à competência do Conselho Nacional de Justiça para iniciativa de lei, a quem incumbe deflagrar o processo legislativo das matérias de interesse do órgão? Ao Poder Executivo? Ao Poder Legislativo? Ao Poder Judiciário?

Com a devida vênia dos nobres pares que aqui discutiram a matéria, a resposta é uma só: essa tarefa cabe ao Poder Judiciário, pois o Conselho Nacional de Justiça, embora não exerça a jurisdição, inclui-se na estrutura constitucional do Poder Judiciário, consoante dispõe o art. 92, inciso I-A, da Constituição de 1988. *A contrario sensu*, isto é, caso venha a se entender que essa tarefa cabe ao Poder Executivo ou ao Poder Legislativo, estar-se-á invadindo inconstitucionalmente âmbito de competência reservada ao Poder Judiciário.

Quanto à estrutura de pessoal do Conselho Nacional de Justiça, importa assinalar que o assunto refere-se ao mérito da matéria, o que escapa ao campo temático deste Órgão Colegiado. Nesse sentido, o *caput* do art. 55 do Regimento Interno da Casa veda a manifestação de qualquer Comissão sobre o que não for de sua atribuição específica.

Somente para argumentar, fazemos questão de registrar que é imprescindível dotar o Conselho Nacional de Justiça de um quadro de servidores que permita garantir minimamente a edificação e a guarda da memória e das rotinas da instituição. Certamente o número atual de 88

servidores efetivos acrescido de quase o mesmo número de requisitados de órgãos do Poder Judiciário revela um quadro insuficiente para tal mister, sobretudo se comparado à sua elevada missão constitucional de controlar e modernizar o Poder Judiciário brasileiro.

Para dar continuidade à sua atuação institucional com presteza e eficiência, o Conselho Nacional de Justiça necessita aparelhar-se com quadro de servidores próprios, comprometidos com sua missão estratégica, como bem frisou o Secretário-Geral do órgão no Ofício nº 959/SG, de 16 de novembro de 2010, que passa a ser parte integrante desta complementação de voto.

A criação de 210 cargos efetivos, de 27 cargos em comissão e de 76 funções comissionadas vislumbra uma estrutura enxuta, que vai ao encontro da postura institucional que tem sido adotada pelo Conselho Nacional de Justiça no sentido de coibir o incremento desnecessário de novos cargos e unidades jurisdicionais.

Por fim, apresentamos duas emendas à proposição em comento, com vistas ao aperfeiçoamento de seu texto. A primeira emenda ajusta o Anexo Único a que alude o § 2º art. 1º aos exercícios financeiros a vigorar a partir da vigência da norma de direito positivo.

Já a segunda emenda introduz os §§ 3º e 4º ao art. 1º, estabelecendo que, antes de os servidores efetivos tomarem posse, deverão ser rescindidos os contratos de prestação de serviços terceirizados, na proporção mínima de um terço a cada ano de vigência da Lei, sendo vedadas novas contratações dessa natureza durante o prazo de implementação do provimento dos novos cargos, que é de três anos. O mesmo procedimento valerá para os servidores requisitados.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Ante o exposto, apresentamos a esta douta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a presente complementação de voto para manter o entendimento constante do parecer primitivo no sentido da

constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.771, de 2009, com as emendas em anexo.

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 2010.

Deputado ELISEU PADILHA  
Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 5.771, DE 2009**

Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça

**Autor:** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Relator:** Deputado ELISEU PADILHA

### **EMENDA Nº 1**

Substituam-se, no Anexo Único referido no § 2º do art. 1º do projeto, a expressão “2010” por “ano de vigência da lei”; a expressão “2011” por “primeiro ano após a vigência da lei”; e a expressão “2012” por “segundo ano após a vigência da lei” .

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 2010.

Deputado ELISEU PADILHA

Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### PROJETO DE LEI Nº 5.771, DE 2009

Dispõe sobre a criação de cargos e de funções no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça

**Autor:** SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Relator:** Deputado ELISEU PADILHA

### EMENDA Nº 2

Acrescentem-se ao art. 1º do projeto os §§ 3º e 4º, com a seguinte redação:

*“§ 3º Quando da implementação do processo de provimento dos cargos criados por esta Lei, entre a seleção e posse dos respectivos titulares, será rescindida a prestação de serviços terceirizada em todas as áreas para as quais ocorra tal provimento em, no mínimo, um terço a cada ano de sua vigência, sendo vedada nova contratação desta natureza no prazo previsto no anexo único”.*

*“§ 4º Aplicar-se-á o procedimento previsto no § 3º aos servidores requisitados, inclusive quanto ao aspecto temporal”.*

Sala da Comissão, em 24 de novembro de 2010.

Deputado ELISEU PADILHA

Relator